

1) No campo da participação democrática, o art.88, inciso II, da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - afirma ser uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, consolidados como instrumentos de expressão, representação e participação popular, sendo dotados de potencial de transformação política, através da participação de segmentos sociais na formulação de políticas de atendimento. Neste sentido, quais são as funções outorgadas a estes órgãos:

- (A) Deliberação, que se constitui no poder de decidir e resolver sobre as matérias de sua competência (planos, projetos e programas de atendimento às crianças e adolescentes) e controle, que se constitui no poder de domínio e fiscalização das ações pública em todos os níveis da federação.
- (B) Submeter à aprovação do Poder Executivo suas decisões, referente aos planos e propostas apresentadas.
- (C) Requisição de serviços públicos para a garantia dos direitos de criança e adolescente.
- (D) Atendimento a situações de violação de direitos, aplicando as medidas de proteção cabíveis.
- (E) Todas as afirmativas são incorretas.

2) Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nos três âmbitos da esfera pública, são compostos por número igual de membros da sociedade civil e membros do poder público e, por isso são chamados de paritários. Segundo a Resolução nº 02/1993, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) será representado oficialmente pelo seu Presidente. Assinale a alternativa **correta** em relação à representação por outros membros:

- (A) Apenas o presidente pode representar o CONANDA.
- (B) O Vice-Presidente pode representar o CONANDA, em qualquer ocasião.
- (C) O Vice-Presidente pode representar o CONANDA nos casos de impedimento do Presidente.
- (D) A presidência nunca pode delegar a membro do CONANDA à representação.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

3) Conforme prevê o art. 90 da Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as entidades não-governamentais de atendimento somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Para fins de registro, a entidade não precisa apresentar Plano de Trabalho compatível com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bastando estar legalmente constituída.
- (B) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preceitua que somente a autoridade judiciária poderá autorizar entidades não-governamentais a funcionar informando tal decisão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- (C) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) concederá o registro à entidade não-governamental, comunicando ao Conselho Tutelar (CT) e à autoridade judiciária, tal decisão.
- (D) Tomando a legislação brasileira, apenas o Ministério Público realiza fiscalização anterior ao recebimento do registro e expede parecer favorável ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para o registro da entidade não-governamental.
- (E) Todas as afirmativas são corretas.

4) As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas, conforme os regimes estabelecidos pelo artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, é **correto** afirmar que:

- (A) O referido artigo não se aplica às entidades governamentais, nem aos regimes de internação e semiliberdade.
- (B) As entidades governamentais e não-governamentais deverão inscrever-se, estendendo-se a inscrição aos seus programas.
- (C) As entidades não-governamentais deverão inscrever seus programas, especificando seus regimes de atendimento, na forma prevista no referido.
- (D) As entidades governamentais e não-governamentais deverão inscrever seus programas, especificando seus regimes de atendimento, forma prevista no referido.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

5) O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), pela Resolução n.º 71/2001 dispõe sobre o Registro de Entidades Não-Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das governamentais e não-governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de

Atendimento e define o que são Programas de Proteção e Programas Socioeducativos. De acordo com a referida Resolução, qual é a alternativa **correta**:

- (A) Os Programas de Proteção são aqueles que contemplam ações de proteção especial às crianças e adolescentes vítimas de violência e os Programas Socioeducativos são aqueles vinculados à educação, cultura, esporte e lazer.
- (B) Os Programas de Proteção destinam-se às crianças e adolescentes cujos direitos são violados ou ameaçados. São constituídos de quatro regimes: orientação, apoio sócio-familiar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar (tutela, guarda e adoção) e abrigo. O Programa Socioeducativo visa atuar junto aos adolescentes que violam os direitos alheios, nos regimes de liberdade assistida, semiliberdade e internação.
- (C) Os Programas de Proteção destinam-se às crianças e adolescentes em qualquer situação de vulnerabilidade social e os Programas Socioeducativos destinam-se indistintamente às crianças e aos adolescentes que violam direitos alheios.
- (D) Os Programas de Proteção são aqueles referentes à garantia dos direitos fundamentais e os Programas Socioeducativos são aqueles referentes apenas à população vulnerável.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

6) A Escola de Educação Infantil “Joaninha” solicitou registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Justino e não o obteve. A justificativa pelo não registro expedida pelo Conselho de Direitos teve por base o disposto na Resolução nº 105/2005 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que estabelece sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, ratifica o teor da Resolução nº 07/2001 que trata dos registros das entidades e inscrição de programas e ainda define a política de atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente, como a integração das políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas de proteção e socioeducativas. Assinale a partir do enunciado a alternativa **incorreta**:

- (A) A educação infantil que compreende a faixa etária de crianças de 0 a 6 anos de idade, constitui direito da criança e dos seus pais e dever do Estado na forma da Constituição Federal e dos artigos 53 e 54 inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- (B) A educação infantil é uma política complementar e compensatória, de caráter socioeducativo, cabendo a discricionariedade do poder executivo para o seu funcionamento.
- (C) A educação infantil, no atual ordenamento legal definido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional faz parte da Educação Básica, constituindo-se como primeira etapa da mesma, objetivando proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança.
- (D) As entidades que desenvolvam exclusivamente, atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio estão vinculadas ao Sistema de Educação e estão subordinadas à Lei de Diretrizes e Bases e ao respectivo Conselho de Educação.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

7) É essencial que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente observem os princípios da administração pública visto que sua ação é de relevante interesse público, seja nas decisões e resoluções e, em especial no tocante aos recursos captados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no art.88, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste sentido, a Resolução nº 116/2006, altera as resoluções anteriores e dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos de Direitos. Sobre o funcionamento dos Fundos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Os recursos captados pelos referidos Fundos, independentemente de sua origem, são considerados recursos públicos e, por isso, estão sujeitos às mesmas regras de gestão financeira de recursos públicos em geral.
- (B) Compete aos Conselhos de Direitos nas três esferas da administração pública fixar critérios de utilização e planos de aplicação dos recursos dos Fundos.
- (C) Todos os programas de atendimento às crianças e adolescentes devem contar com financiamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em especial, a educação infantil formal.
- (D) Os recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente financiarão apenas os programas e projetos devidamente inscritos nos Conselhos Municipais de Direitos.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

8) Em relação ao que dispõe o artigo 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a gestante, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) À gestante, é assegurado o atendimento pré e peri-natal através do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) A gestante não tem direito ao atendimento preferencial pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal, garantido apenas o direito ao atendimento pelo SUS;
- (C) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, garantindo ao bebê a permanência com a mãe e a garantir condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive a mães submetidas a medidas de privação de liberdade;
- (D) Compete ao Poder Público propiciar à gestante e à nutriz apoio alimentar sempre que necessário.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

9) Em relação à idade mínima para o trabalho e sobre as condições de realização de trabalho protegido, a Resolução nº 69/2001 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) ampara-se no disposto do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e ainda ratifica o art. 6º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assinale a afirmativa **correta**:

- (A) É liberado o trabalho para menores de 14 anos de idade.
- (B) Todas as crianças e adolescentes podem trabalhar uma vez que cabe aos responsáveis tal decisão.
- (C) Mantém a proibição de trabalho aos menores de 16 anos de idade, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.
- (D) Todas as alternativas são corretas.
- (E) As alternativas A, B são corretas.

10) O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), através da Resolução nº 75/2001 dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares, entendendo-se por parâmetros os referenciais que devem nortear a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares, os limites institucionais a serem cumpridos por seus membros, bem como pelo Poder Executivo Municipal, em obediência às exigências legais. Em relação à infraestrutura e ao orçamento dos Conselhos Tutelares, assinale a afirmativa **incorreta**:

- (A) Na destinação dos recursos impera o comando da destinação privilegiada de recursos públicos, de modo a afastar nesse aspecto a discricionariedade do administrador municipal.
- (B) Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, aí incluídos os subsídios devidos aos Conselheiros, de conformidade com o disposto no art.134, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90 (ECA), deverão estar previstos no orçamento do município.
- (C) Os recursos para a criação dos Conselhos Tutelares e remuneração devem sair de dotação municipal própria e os recursos às despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas, devem sair daqueles arrecadados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
- (D) Os recursos às despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros tutelares, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas, deverão estar previstos em dotação orçamentária própria.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

11) Conforme o inciso IX do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é função do Conselho Tutelar auxiliar o Poder Executivo quando da elaboração da proposta orçamentária do município. Assinale a alternativa correta:

- (A) Para que os direitos da criança e do adolescente se constituam em prioridade absoluta e se efetivem conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente quando trata da política de atendimento (arts. 86, 87, 88).
- (B) Não é atribuição do Conselho Tutelar tal propositura e apenas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, enquanto instância de formulação e deliberação da política de direitos.
- (C) É mais uma questão política e, portanto, o Conselho Tutelar deve se manter distanciado, isento do processo.
- (D) Nenhuma das alternativas é correta.

(E) As alternativas B, C são corretas.

12) Terena tem quatro anos de idade e vive com seus pais numa comunidade indígena, localizada na Zona Oeste da capital de Prudente. Como seus pais não conseguiram vaga na creche da comunidade indígena recorreram aos conselheiros tutelares para auxílio nessa empreitada. A justificativa para a não concessão da vaga para Terena se deu pelo fato da mãe não trabalhar fora de casa. Os conselheiros tutelares informaram que não eram de sua competência buscar a resolução de tal pleito. Tomando a Resolução nº 91/2003 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) qual teria sido a providência tomada para o caso em questão?

- (A) Encaminhar os pais à FUNAI que cuida da situação dos indígenas.
- (B) Encaminhar os pais ao Centro de Referência da Assistência Social.
- (C) Atender os pais e aplicar as disposições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, observadas as peculiaridades sócio-culturais das comunidades indígenas, requisitando a vaga em escola da comunidade indígena.
- (D) Solicitar a vaga em creche rede regular ensino não respeitando o local de moradia da criança.
- (E) Nenhuma das alternativas se aplica ao caso.

13) O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), através da Resolução nº. 113/2006 dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Nesse sentido qual a alternativa **correta** sobre a definição ou concepção do Sistema de Garantia de Direitos:

- (A) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na integração somente dos órgãos da justiça visando a garantia do acesso à justiça por criança e adolescentes.
- (B) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.
- (C) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se no conjunto das organizações governamentais e não-governamentais que apenas executam a política de atendimento às crianças e adolescentes.
- (D) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na integração dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares na defesa dos interesses da criança e do adolescente.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

14) A Resolução n.º 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Nesse sentido, assinale a alternativa **incorreta** sobre a definição de tal Sistema:

- (A) O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.
- (B) O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução das medidas socioeducativas.
- (C) O SINASE inclui os sistemas nacional, estaduais, distrital e municipais bem como sobre as políticas, planos e programas específicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei.
- (D) O SINASE disciplina sobre as formas de financiamento da política de direitos definindo sobre os diferentes percentuais que cada ente federado deve aplicar na realização de seus objetivos.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

15) O grupo de música *funk* “Cachorras” irá realizar uma baile beneficente no ginásio da comunidade Maria da Penha. Para isso procurou o Conselho Tutelar para que o mesmo autorizasse a entrada de crianças e adolescentes da comunidade no baile a ser realizado no período da tarde. Qual seria a atitude **CORRETA** do conselho tutelar no caso:

- (A) Autorizar o evento com base nas atribuições descritas no artigo 136 do ECA.
- (B) Encaminhar o caso para a autoridade judicial competente, visto que compete ao juiz autorizar eventos com a presença de crianças e adolescente.
- (C) Autorizar o evento mediante termo de responsabilidade dos pais e responsáveis.
- (D) Proibir o evento por compreender que o show não é adequado à crianças e adolescentes.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

16) Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto podem matricular-se em escola pública desde que:

- (A) Solicitem a matrícula na instituição escolar.
- (B) As escolas disponham de celas especiais para os adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas.
- (C) Estejam acompanhados pelos pais ou por reforço policial durante o tempo de permanência na escola.
- (D) O ato infracional tenha sido de natureza leve.
- (E) Nenhuma das alternativas se aplica ao caso.

17) O Conselho Tutelar é órgão competente para conhecer ações de guarda e adoção de crianças e adolescentes. Nessa condição, assinale a alternativa correta:

- (A) O Poder Judiciário tenha solicitado por expresse ao Conselho Tutelar que trate das ações de guarda e adoção.
- (B) O colegiado de conselheiros pode tomar tal decisão porque tem competência legal para essa ação.
- (C) Esta decisão não lhe cabe até porque não é órgão jurisdicional.
- (D) Qualquer conselheiro tutelar pode tomar tal decisão desde que tenha conhecimento da situação familiar.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

18) O princípio da doutrina da proteção integral adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) faz contraponto à anterior doutrina da situação irregular. Assinale a alternativa que se aplica à doutrina em vigor:

- (A) Crianças e adolescentes apenas em situação de rua.
- (B) Ela remete apenas ao universo de adolescentes.
- (C) Ela se refere aos adolescentes em conflito com a lei.
- (D) Ela pode ser aplicada apenas para as crianças e adolescentes matriculados regularmente na escola pública.
- (E) Ao universo de crianças e adolescentes, isto é, para todas as crianças e adolescentes brasileiros.

19) Ao tratar do funcionamento do Conselho Tutelar no que se refere aos dias, horários, local e eventual remuneração dos conselheiros tutelares é necessário a existência de um instrumento jurídico para tal. Assinale a alternativa que se aplica à situação descrita:

- (A) A Constituição Federal.
- (B) O Estatuto da Criança e do Adolescente é suficiente para isso.
- (C) Uma lei municipal que disciplina tal ato.
- (D) Todas as alternativas são corretas.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

20) O Conselho Tutelar é órgão responsável, bem como o Ministério Público e o Judiciário para promover a fiscalização em entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente. Assinale se a afirmação é:

- (A) Correta.
- (B) Incorreta.
- (C) A afirmação não tem amparo legal.
- (D) Apenas à sociedade civil cabe o poder de fiscalização.
- (E) O Poder Judiciário e o Ministério Público são os únicos órgãos que podem realizar a fiscalização pela competência legal.

21) Joana e Pedro são pais de Maria de Lourdes e Joaquim. Contudo, por falta ou carência de recursos materiais tiveram pelo período de seis meses a suspensão do poder familiar. Contudo, como não conseguiram nenhuma forma de trabalho que pudessem cuidar de seus filhos, foi determinado pelo Poder Judiciário, a perda poder familiar. Nesse sentido, assinale a alternativa que cabe à análise de tal situação:

- (A) A carência ou a falta de recursos não podem ser motivos para a suspensão ou perda do poder familiar sobre os filhos.

- (B) O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a carência ou a falta de recursos da família indicam a sua inclusão em programas oficiais de auxílio.
- (C) Os pais ou responsáveis podem sim perder a guarda dos filhos porque estão sem condições econômicas de provê-los.
- (D) As alternativas A, B se aplicam ao caso e são corretas.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

22) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos envolvendo seus alunos,

- (A) Não existe esta obrigatoriedade no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- (B) Os dirigentes devem cumprir a lei e comunicar os casos sempre que houver ocorrência de maus tratos envolvendo seus alunos.
- (C) Os dirigentes devem apenas cuidar da educação escolar e não devem se intrometer em casos de maus tratos aos seus alunos fora do ambiente escolar.
- (D) Os dirigentes escolares devem apenas notificar os casos de ameaça ou mesmo de violações apenas uma vez por ano.
- (E) Cabe apenas à política de assistência social denunciar os casos de maus tratos de crianças e adolescentes.

23) Caso o Juiz da Infância e da Juventude determine ao adolescente autor de ato infracional, dentre outras, uma medida de proteção prevista no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como por exemplo, a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial e faça o encaminhamento de sua decisão ao Conselho Tutelar para tomada de providências para a efetivação de tal medida, cabe ao colegiado do Conselho Tutelar:

- (A) Desconsiderar a determinação judicial porque adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não são de sua competência.
- (B) Atender o caso desde que o adolescente compareça à sede do Conselho Tutelar com escolta policial.
- (C) O Conselho Tutelar deve requisitar os serviços na rede de atendimento.
- (D) Apenas devolver o caso ao Juiz da Infância e da Juventude entendendo que houve engano na solicitação pelo Poder Judiciário.
- (E) Encaminhar ao Ministério Público para a tomada de providências.

24) Maria é integrante do Conselho Tutelar do município de Oboró. As decisões são tomadas pelo colegiado de conselheiros; contudo, houve uma situação em que, no plantão, teve que tomar decisão para a qual não tinha procedimento anteriormente definido. Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Maria pode e tem competência para tomar qualquer tipo de decisão sem ter que passar pelo colegiado do Conselho Tutelar de Oboró.
- (B) No cotidiano do trabalho de conselheiro tutelar é assim que funciona, pois cada conselheiro tutelar trabalha em horários e dias da semana que achar mais adequado.
- (C) Tomar decisões no colegiado demonstra fraqueza e incompetência de seus membros; afinal, foram eleitos para tomar decisões.
- (D) As decisões do conselho tutelar, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, devem ser tomadas no colegiado e em momentos de impedimento, precisam ser submetidas na primeira oportunidade, junto ao colegiado.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

25) A função de conselheiro tutelar será exercida em caráter de dedicação exclusiva. Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Incondicionalmente como deve prever a lei municipal de criação e funcionamento do Conselho Tutelar.
- (B) A dedicação exclusiva ou não do conselheiro tutelar depende exclusivamente de seus membros e deve ser definida em Regimento Interno do Conselho Tutelar.
- (C) Mais importante do que definir sobre dedicação exclusiva ao cargo de conselheiro tutelar é apostar na capacidade individual de cada um dos membros na atuação cotidiana do Conselho Tutelar.
- (D) O conselheiro tutelar como não fez concurso público para exercer o cargo não deve se preocupar com isso.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

26) Caso o conselheiro tutelar, no exercício de sua função, cometer ato que se configura como crime ou contravenção penal, deverá tal situação ser comunicada às autoridades competentes? Assinale a alternativa **correta**:

- (A) A situação deve ser comunicada as autoridades competentes somente após a apuração interna do Conselho Tutelar.
- (B) A situação será objeto de comunicação apenas após reiteração do ato.
- (C) Apenas pode julgar o caso o coletivo de conselheiros tutelares e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) Independentemente da apuração interna do colegiado de conselheiros tutelares tal situação deve ser comunicada às autoridades competentes.
- (E) Não se aplica aos conselheiros tutelares tal comunicação pelo trabalho público relevante que exerce.

27) As decisões do Conselho Tutelar só podem ser revistas pela:

- (A) Autoridade judiciária.
- (B) Apenas pela comissão eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente responsável pelo pleito eleitoral.
- (C) Por qualquer autoridade municipal.
- (D) Pela pessoa ou instituição que encaminhou a criança ou o adolescente para o Conselho Tutelar.
- (E) Nenhuma alternativa é correta.

28) Preencha os espaços em branco com a resposta correspondente de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Considera-se criança, para efeitos legais, a pessoa até.....anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre.....e.....anos de idade”.

- (A) Catorze, doze e dezesseis.
- (B) Dez, dezesseis e dezoito.
- (C) Dez, catorze e dezesseis.
- (D) Doze, dezesseis e dezoito.
- (E) Doze, doze e dezoito.

29) Pela legislação brasileira, são penalmente inimputáveis os menores de.....anos de idade, sujeitos às normas da legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- (A) Dezoito.
- (B) Dezesseis.
- (C) Catorze.
- (D) Quinze.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

30) O abrigo é medida.....e não implicando em privação de liberdade da criança ou adolescente . Assinale a alternativa **correta**:

- (A) Permanente e excepcional.
- (B) Provisória e excepcional.
- (C) Excepcional e obrigatória.
- (D) Obrigatória e provisória.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

31) O Conselho Tutelar é órgão e, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Eca.

- (A) Dependente, jurisdicional, autônomo.
- (B) Permanente, autônomo, jurisdicional.
- (C) Permanente, autônomo, não jurisdicional.
- (D) Policial, vinculante, jurisdicional.
- (E) Todas as alternativas são incorretas.

32) As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão:

I – Preservar os vínculos familiares.

II – Desmembrar grupos de irmãos.

III – Prestar atendimento personalizado e em pequenos grupos.

- (A) Todas as alternativas são corretas.
- (B) Apenas o item I é correto.
- (C) Apenas o item II é correto.
- (D) Os itens I e II são corretos.
- (E) Os itens I e III são corretos.

33) Coloque os pronomes adequadamente nas lacunas abaixo:

“Era para ... falar ontem, mas não encontrei em parte alguma” (FUVEST/SP).

- (A) mim, comigo, o.
- (B) eu, com ele, lhe.
- (C) mim, consigo, lhe.
- (D) mim, contigo, te.
- (E) eu, com ele, o.

34) Assinale a alternativa em que o pronome destacado em itálico foi empregado **corretamente** (FATEC/SP):

- (A) Aguarde um instante. Quero falar *consigo*.
- (B) É lamentável, mas isso sempre ocorre com *nós* dois.
- (C) O processo está aí para *mim* examinar.
- (D) Vossa Senhoria preocupa-se com problemas cuja solução foge a *vossa* alçada.
- (E) Já se tornou impossível haver novos entendimentos entre *eu* e você.

35) Coloque os verbos adequadamente nas lacunas abaixo ((UF Pelotas/RS):

“José, um favor: ... todo o material que está aí sobre a tua mesa, mas não... que se misturem os papéis”.

- (A) faz, traz, deixes.
- (B) Faz, traz, deixa.
- (C) faz, traga, deixes.
- (D) faça, traga, deixe.
- (E) faça, traga, deixa.

36. Assinale o único exemplo cuja lacuna deve ser preenchida com a segunda alternativa da série dada (UFRJ):

- (A) É um crime de-gosto. (lesa/leso)
- (B) Esta semana trabalhou horas. (menos/menas)
- (C) Trazia aos processos vários documentos. (anexos/anexo)
- (D) Elas não estão... (sós/só)
- (E) Um e outro ... estão na pasta. (documento/documentos)

37) Fazem o plural da mesma maneira que *perdão* (EU/CE):

- (A) cidadão, limão, verão.
- (B) botão, caixão, quinhão.
- (C) coração, capelão, paredão.
- (D) anão, cristão, melão.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas,

38) Assinale a alternativa que completa corretamente as frases abaixo (PUC/PR):

Todos estão de acordo com a dos bens aos pobres.

A hora da verdade está Aproveite o momento!

É melhor ... o fogo, pois o frio vem aí.

O acontecimento passou ... até aquele dia.

Os culpados foram apanhados em

- (A) cessão, eminente, ascendermos, despercebido, fragante.
- (B) secção, iminente, ascendermos, despercebido, flagrante.
- (C) cessão, iminente, acendermos, despercebido, flagrante.
- (D) seção, iminente, acendermos, despercebido, fraglante.
- (E) cessão, eminente, ascendermos, despercebido, faglante.

39) Assinale a alternativa que completa adequadamente as lacunas do seguinte período (UM?SP):

Algumas pessoas não determinam provém sua insatisfação, porque não sabem....vão os sentimentos, nem ... mora a consideração pelo próximo.

- (A) donde, onde, onde.
- (B) donde, aonde, onde.
- (C) aonde, onde, aonde.
- (D) aonde, aonde, aonde.
- (E) donde, aonde, aonde.

40) Aponte a alternativa que preenche adequadamente os pontilhados da frase (Objetivo/SP):

“Nenhum de nós dizer o..... cidadão....portou-se tão.....”

- (A) soube, porque, eminente, mau.
- (B) soube, porque, iminente, mau.
- (C) soube, por que, eminente, mal.
- (D) soubemos, por que, iminente, mal.
- (E) soubemos, porquê, iminente, mau.

OBSERVAÇÃO: A RESPOSTA CORRETA ENCONTRA-SE NA COR AZUL